

**BIBLIOTECA
UNEMAT**

Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT

RG N.º 00114 467

Data 05 / 02 / 2007

() Compra (☒) Doação () Permuta

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

CÍNTIA TEIXEIRA PEREIRA

**ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E
DIVERSIDADE NA SALA DE AULA”**

Pontes e Lacerda
2006

37.0
P436a
Es.01
C 9256 8927

CÍNTIA TEIXEIRA PEREIRA

**AGUMAS REFLEXÕES SOBRE “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE
NA SALA DE AULA”**

Trabalho de conclusão do curso de graduação em Letras, apresentada ao Departamento de Letras (DL) da Universidade do Estado de Mato Grosso-Campus Universitário de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em Letras.

Orientadora: TERESA DE PAZOS DA SILVA.

Pontes e Lacerda
2006

Este trabalho de conclusão de curso foi apresentado e defendido perante a seguinte banca examinadora:

Prof. Ms. Teresa de Pazos da Silva

Prof. Ms. Silvia Regina Nunes

Prof. Cleunice Maria de Andrade

Local e data da aprovação:

5

A Deus, minha fonte divina de amor e paz, em quem encontro inspiração e força para os desafios da minha vida.

Aos meus pais Varonil e Marli e aos meus irmãos Wallas e Robson, que dão sentido a minha vida, permeiam cada segundo dos meus pensamentos e são meus maiores tesouros. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Não poderia concluir mais esse passo da minha vida sem agradecer a cada ser humano que passa por mim todos os dias e deixa sua contribuição nessa minha infinita busca de plenitude, com um olhar, uma palavra, uma crítica, um gesto de carinho, enfim, que me completam com seus atos, a vocês o meu muito obrigada!

Agradeço a todos os meus mestres, que durante todo esse período de graduação, lançaram desafios que por várias vezes imaginei que seriam impossíveis, e eles me mostraram que eu não tenho limitações na vida, desde que eu lute de verdade para alcançar meus objetivos.

Quero agradecer ao meu tio Alziro, tia Delina e meus primos, que na distância dos meus pais, sempre que possível estavam ao meu lado me dando carinho e apoio, obrigada por tudo, amo vocês.

Também quero agradecer à Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, por ter me dado a oportunidade de atuar como educadora no projeto AABB - Comunidade, com isso, deram-me um grande presente, propiciaram o meu primeiro contato com uma das minhas maiores paixões, a educação.

Não posso deixar de registrar meu eterno agradecimento à professora Teresa Pazos por todas as reflexões que fizemos nas suas aulas, que me ajudaram a definir o tema deste trabalho, e acima de tudo obrigada pela orientação, pelo carinho e por colocar as sementes de amor pela a educação dentro do meu coração.

Um agradecimento especial a minha prima Elizângela, que é um exemplo de força para mim.

Eu poderia passar inúmeras páginas agradecendo a tantos que estiveram comigo durante esses quatro anos, mas peço a Deus todos os dias que abençoe a vida de cada pessoa que torce por mim e vibra com as minhas vitórias, meus amigos de coração, no trabalho, em casa, na faculdade, meus alunos, enfim, mesmo sem citar nomes sintam-se agradecidos.

E obrigado a você que parou para ler o meu trabalho e que também vai sonhar comigo com um mundo mais humano e igualitário.

MUITO OBRIGADA A TODOS!!!

SUMÁRIO

RESUMO-----	8
INTRODUÇÃO-----	9
1. O CONCEITO DE “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE”-----	11
1.1. INCLUSÃO: do que estamos falando?-----	16
2. CONSTRUINDO ESCOLAS INCLUSIVAS-----	23
3. COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS-----	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	40
REFERÊNCIAS-----	42

RESUMO

Este trabalho é o resultado de algumas reflexões e inquietações que acompanharam nossos estudos no decorrer da graduação. Pelo fato de estarmos em um processo de formação para a docência, atentamos para algumas questões que emergiram durante os trabalhos de campo realizado na disciplina de Estágio Supervisionado. Dentre os assuntos que sentimos não estarem bem resolvidos no espaço escolar, e do qual vamos tratar neste ensaio está a “Educação Inclusiva”, que tem sido um dos assuntos mais discutidos atualmente no espaço escolar, principalmente quando o fato é o de saber se a escola está ou não preparada para desenvolver uma “Educação Inclusiva” e de qualidade para todos e que contemple a diversidade que se faz presente em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Diversidade e Inclusão.

INTRODUÇÃO

Abordaremos neste trabalho monográfico algumas questões referentes à Educação Inclusiva e à Diversidade na sala de aula. Para tanto nos embasaremos em alguns documentos e projetos do governo com o intuito de identificar o porquê das inúmeras discussões, que existem atualmente, acerca deste assunto e que conceito alguns professores que atuam na rede pública de ensino do município de Pontes e Lacerda têm sobre essas temáticas.

Nossa sociedade é heterogênea, isto é, composta por diferentes grupos humanos, portadores de interesses diversos, oriundos de classes antagônicas com identidades culturais em conflito. E é esse público que hoje constitui a comunidade escolar. Quando falamos em educação inclusiva imaginamos a inclusão em uma visão bem ampla e múltipla com a aceitação de diferenças raciais, econômicas, físicas, sociais, culturais, etc. E, não é esse o papel da escola, educar em meio à diversidade, principalmente em nosso país, onde há uma imensa pluralidade cultural?

Com base nesse questionamento e em outros que surgiram no decorrer da elaboração deste trabalho, é que vamos buscar esclarecer a partir de uma base teórica atual, qual é o conceito de "Inclusão". Muitos professores pensam que este assunto se restringe a inclusão do deficiente físico na escola, mas na realidade este termo vai além, pois abrange também, a aceitação e o respeito à diversidade nas salas de aula. Nossa análise permite identificar como essa questão vem sendo tratada e recebida no espaço escolar, e ainda verificar como o professor tem lidado com a multiculturalidade das salas de aula.

A presente pesquisa justifica-se a partir do momento em que observamos a preocupação dos professores do ensino regular com a inclusão dos portadores de necessidades especiais na escola e o despreparo destes profissionais para receber e atender as limitações destes alunos.

No intuito de buscar respostas aos questionamentos que citamos acima, fizemos entrevistas com cinco professores da rede estadual de ensino do município de Pontes e Lacerda. Também observamos a prática de alguns professores com o objetivo de relacionar a referida prática com as respostas

que eles nos deram acerca de seus conceitos sobre educação inclusiva. As entrevistas foram orais e deixamos os professores à vontade para falar todos os seus pontos de vista sobre a temática, simultaneamente, fomos redigindo tudo o que seria essencial ao nosso trabalho.

Dividimos nossa discussão em três capítulos.

O primeiro capítulo intitulado "O conceito de educação inclusiva e diversidade", traz os conceitos desses termos abordados nos materiais teóricos que deram sustentação a nossa pesquisa.

No segundo capítulo, intitulado "Construindo escolas inclusivas", apresentamos os pontos principais que devem ser levados em consideração na construção de escolas inclusivas, ou seja, a forma como a escola deve estar organizada para trabalhar a inclusão bem como a importância da união dos profissionais da educação e da comunidade nesse processo.

No terceiro capítulo denominado, "Compartilhando experiências", transcrevemos as falas dos professores entrevistados e também a de um aluno da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Pontes e Lacerda que contribuiu

para comprovar uma de nossas inquietações de que alguns professores não têm olhado para a inclusão como um todo, mas apenas para a inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular.

CAPÍTULO I

O CONCEITO DE “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE”.

Para tratar de um assunto tão complexo como a educação, embasamos-nos em um referencial teórico atual, com artigos de Vera Maria Candau, Maria Tereza Égler Mantoan, Nilma Lino Gomes, dentre outros, os quais nos possibilitaram entender como essa questão foi recebida no espaço escolar e como tem se concretizado (se é que tem se concretizado) na prática do docente em sala de aula. Com base nesses materiais entendemos qual o conceito de inclusão dos profissionais da educação. Para tanto, buscamos embasamento no projeto “Educar na Diversidade” da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, que visa à formação docente para apoiar o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos no Brasil. Nosso trabalho está vinculado à ênfase dada atualmente às temáticas: “Inclusão” e “diversidade” e por isso buscamos suporte no “Documento subsidiário à política de inclusão”.

O projeto Educar na Diversidade (2005) é dividido em quatro módulos intitulados: Educar na Diversidade; O enfoque da Educação Inclusiva; Construindo Escolas para a Diversidade e Aulas inclusivas. Tais módulos são minuciosamente preparados para permitir ao educador refletir sobre sua prática em sala de aula e sobre seus conceitos quanto à **inclusão e diversidade**.

No primeiro módulo é apresentado ao leitor o principal objetivo do projeto, que consiste em: “apoiar o desenvolvimento e avanço de práticas de ensino inclusivas nas escolas das várias regiões do país.” (p.21). Neste módulo temos também o início da discussão de como se construir escolas mais inclusivas e de qualidade para todos.

O segundo módulo esclarece as condições educacionais necessárias para abranger a ampla gama de diferenças apresentadas pelos estudantes nas escolas visando criar oportunidades de participação e aprendizagem para cada um na escola regular de ensino comum. As unidades de aprendizagem desse módulo destacam diretrizes e estratégias que apóiam o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva para todos, além de examinar algumas das barreiras que afetam o processo de mudança em direção à inclusão.

O terceiro módulo aborda concepções e temas relevantes relacionados com cultura, política e prática escolar que facilitam a inclusão de todos os portadores de necessidades educacionais especiais nas escolas. A principal reflexão deste módulo está ligada à importância de se construir condições necessárias para que todos os alunos e alunas, que enfrentam situações de exclusão, possam participar de contextos comuns de ensino.

No quarto e último módulo do projeto, o professor recebe algumas sugestões úteis para a organização dos conteúdos curriculares e das atividades de ensino, de certa forma, neste módulo temos subsídios conceituais e metodológicos para o desenvolvimento de um currículo flexível, que responda às diferenças sociais, culturais e individuais de cada educando.

Neste trabalho, por muitas vezes refletimos a prática do professor em sala de aula, afinal estamos falando sobre Educação Inclusiva. Para que a inclusão aconteça o papel do professor é de fundamental importância e a nosso ver um dos autores que melhor discute o papel do docente é Paulo Freire (1996). Em sua obra "Pedagogia da Autonomia", o autor destaca algumas habilidades e competências que devem ser desenvolvidas pelo professor no exercício da docência. Dentre elas o autor destaca a importância de termos consciência de que não somos detentores do saber, pois, como o autor coloca; "quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender." (FREIRE: 1996,p.25)

Na referida obra Freire destaca que o professor precisa estar ciente de seu processo de constante formação e respeitar o conhecimento prévio do educando, levando em consideração a multiculturalidade das salas de aula. Para o autor, o docente deve estar preparado para a escola e não esperar que a escola se adeque às suas regras, é necessário que o professor esteja sempre analisando sua prática seus erros e acertos para conseguir produzir conhecimento junto com os alunos. Importante ter consciência de que é um ser "inacabado", sujeito a erros, mas em busca de acertos, "saber que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção." (1996, p.52).

Tomamos ainda como suporte para esta discussão a coleção "Saberes e práticas da Inclusão" (2005) que tem como objetivo levar o educador a refletir sobre a importância de se organizar os sistemas educacionais inclusivos para a

concretização dos direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais. O material é dividido por módulos que trazem recomendações para a construção de escolas inclusivas com base em documentos que norteiam essa temática como a Declaração de Salamanca (1994), produzida na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca na Espanha em junho de 1994. A coleção favorece ao professor a reflexão sobre a sua realidade profissional e sua prática pedagógica, bem como sobre os ajustes que parecem ser necessários, para que se atenda às propostas contidas na Declaração de Salamanca.

O artigo “Interculturalidade e Educação Escolar” de Vera Maria Candau também nos serve de suporte para a discussão de nossa temática pelo fato de estar relacionado com a questão da aceitação das diferenças em sala de aula. No texto acima referido a autora nos mostra que a liberdade de expressão cultural no espaço escolar tem sido alvo de inúmeras reflexões principalmente na América Latina por conta do “sonho de afirmação de uma sociedade democrática, igualitária [...], e em nome da abertura de mercados e do sonho de entrar no ‘primeiro mundo’[...]” (2006, p.01). Segundo a autora esse espaço de liberdade e aceitação deve ser dado principalmente na escola, onde entendemos ser um lugar de construção de cidadania e consciência crítica, mas de certa forma a cultura que realmente predomina na maioria das escolas está “engessada”, ou seja, a escola tem fugido à realidade do aluno e, conseqüentemente, anulado sua individualidade. Ao final do artigo, a autora leva-nos a repensar nossa prática enquanto educadores, levando em consideração o fato de estarmos em busca de uma educação para todos.

Por fim, no decorrer de nosso trabalho comentamos alguns conceitos sobre inclusão, tendo em vista que um dos nossos principais objetivos é mostrar a importância da inclusão como forma de se respeitar a diversidade e ensinar de forma a contemplar a heterogeneidade. Para tanto, refletimos quanto ao conceito apresentado em todos os materiais de apoio identificados acima e em especial, no artigo “Aprendendo na Diversidade: Implicações Educativas” de Rosa Blanco, em que a autora traça um paralelo entre inclusão e integração. Segundo ela, incorporamos muito rápido esses termos à linguagem, mas muitas vezes só estamos mudando o rótulo, isto é, o nome, para continuar chamando de diferentes formas a mesma coisa. Nesse artigo

Blanco aponta algumas condições que acredita que devem existir para se conseguir o desenvolvimento de escolas inclusivas. Para a autora, Inclusão: "é a idéia de que todos os meninos e meninas de uma comunidade tenham o direito de se educar juntos na escola da sua comunidade; uma escola que não selecione crianças" (2006, p02).

A leitura destas obras permitiu-nos ver que a educação escolar tem um grande poder de impulsionar essa sonhada inclusão, já que a escola é formadora de opiniões e atinge toda a sociedade. Independente de sua classe social ou cultural, se a inclusão começa na escola reflete-se em toda sociedade.

Como citamos acima, a Educação Inclusiva, na maioria das vezes, é vista apenas como a inclusão do portador de necessidades especiais no ambiente escolar regular, mas podemos observar nesta afirmação uma certa substituição de termos, ou seja, se substitui limitações por incapacidade e deficiência, e sabemos que o caso não pode ser visto apenas desta forma, afinal temos provas suficientes de trabalhos realizados em escolas especiais de alunos que embora apresentem algumas limitações, nem por isso são incapazes. Aliás, deficiência não é sinônimo de incapacidade, os alunos especiais são tão capazes quanto qualquer outros do ensino regular, tudo depende do trabalho que é realizado com eles. Portanto inclusão, como já dissemos é algo que vai além de levar um portador de necessidades especiais para uma sala do ensino regular, é bem mais complexo e trabalhoso, mas nem por isso impossível. Contudo, Educação Inclusiva da forma como queremos tratá-la, está relacionada também a aceitação do diverso, do diferente, do especial, e do que às vezes não condiz com os padrões aceitáveis socialmente.

Quando essa questão de Educação Inclusiva é discutida relacionando à aceitação da diversidade, o lecionar de forma a contemplar a heterogeneidade em busca de desfazer os estereótipos construídos socialmente, envolve aqui também toda uma questão cultural. Gimeno Sacristán: apud Candau (2006) afirma que:

A cultura dominante nas salas de aula é a que corresponde à visão de determinados grupos sociais: nos conteúdos escolares e nos textos aparecem poucas vezes a cultura popular, as

subculturas dos jovens, as contribuições das mulheres à sociedade, as formas de vida rurais, e dos povos desfavorecidos (exceto os elementos de exotismo), o problema da fome, do desemprego ou dos maus tratos, o racismo e a xenofobia, as consequências do consumismo e muitos outros temas problemas que paracem "incômodos". Consciente e inconscientemente se produz um primeiro velamento que afeta os conflitos sociais que nos rodeiam quotidianamente. (p.03).

A inclusão e a aceitação das diversas culturas presentes em uma sala de aula é um dos principais passos para a Educação Inclusiva, ou melhor, esta educação inclusiva só pode acontecer se o professor reconhecer as singularidades do ser humano. Cada aluno traz consigo uma série de características que o torna diferente dos demais. Para Candau (2006), a educação em uma sociedade heterogênea como a nossa, e que visa à inclusão, deve-se iniciar por uma educação intercultural que nos ensine a reconhecer que existem indivíduos e grupos que são diferentes entre si, mas que possuem direitos correlatos e que a convivência democrática depende da aceitação da idéia de compormos uma totalidade social heterogênea. Isto quer dizer: tolerar e conviver com aquele que não é como eu sou e não vive como eu vivo ainda que o seu modo de ser não pode significar que o outro deva ter menos oportunidades, menos atenção e recursos. Edgar Morin (2004), de certa forma, também compartilha do mesmo pensamento de Candau, e ainda acrescenta que:

Cabe à educação do futuro cuidar para que a idéia de unidade da espécie humana não apague a idéia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie *Homo sapiens*. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano (...). É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. (p.55).

Após relacionarmos mais esta questão de interculturalidade ao processo de educação inclusiva, podemos defini-la novamente, como uma educação que diz respeito à capacidade das escolas para educar todas as crianças, jovens e adultos, isso sem qualquer tipo de exclusão. A inclusão implica, portanto, desenvolver escolas que acolham todos os estudantes, independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais. As escolas que adotam a orientação inclusiva valorizam as diferenças dos estudantes e a diversidade

humana como recursos valiosos para o desenvolvimento de todos na classe e também para o aperfeiçoamento do docente.

1.1 Inclusão: do que estamos falando?

Para entendermos um pouco mais sobre os conceitos de Educação Inclusiva e Diversidade, julgamos oportuno iniciar com algumas definições que podem ser encontradas no dicionário Aurélio da língua portuguesa (1999), “Educação” que vem do latim **educatio**, significa: “ato ou efeito de educar (-se); processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social” (p.177). “Inclusão”, do latim **inclusio** “ato ou efeito de incluir. (antôn. : exclusão)” (p.262); “Diversidade” também do latim **diversitate**, que quer dizer: “diferença, dessemelhança, dissimilitude, divergência, contradição, oposição; caráter do que, por determinado aspecto, não se identifica com algum outro” (p.173).

Após alcançarmos esta definição dos principais termos de nosso trabalho, ao mesmo tempo estamos, de certa forma, esclarecendo a função da escola e, conseqüentemente, a do professor diante da “Educação Inclusiva”, ou seja, educar, integrar e incluir o ser humano socialmente, aceitando suas diferenças, mesmo que a diferença da qual estamos tratando neste momento venha a desfazer a visão do professor de um “aluno ideal”, afinal o ser humano é “livre” para agir, pensar e se posicionar diante do mundo da forma que julgar correta. Conforme Souza Santos (2003) *apud* Gomes, “Toda pessoa tem direito a ser igual quando a diferença a torna inferior, contudo, tem também, direito a ser diferente sempre que a igualdade colocar em risco sua identidade.” (p.166). Mediante ao exposto compreendemos que Inclusão é uma palavra rica, que envolve compreensão, um novo olhar para o outro, e sobre tudo, um novo olhar para nós mesmos.

Outro ponto que julgamos bastante interessante que também podemos esclarecer em meio a esta nossa discussão é a diferença entre os termos “Inclusão e Integração”, palavras que passaram a fazer parte do ambiente escolar de tal forma que às vezes parece-nos ter até o mesmo sentido, mas se diferenciam no fato da inclusão não ser apenas mais um termo para designar a

integração de crianças com necessidades educacionais especiais. O conceito de inclusão é mais amplo que o de integração porque enfatiza o papel da escola comum na sua tarefa de atender à totalidade dos alunos.

Um outro aspecto bastante interessante de diferenciação entre essas duas palavras está no fato de que integração está diretamente relacionada, com as crianças com deficiência. Rosa Blanco (2006) em seu artigo: "Aprendendo na Diversidade: Implicações Educativas" nos diz que a integração foi um movimento que se deu em uma época de grande movimentação social e civil, de luta por direitos, especialmente dos mais desfavorecidos. O que a integração busca é dar respostas a estas questões: "Como incorporar, na educação geral, meninos e meninas com deficiência que durante muitos anos têm estado em um sistema segregado, paralelo, totalmente diferente? Como ir incorporando esses meninos e meninas à escola comum?" (p.2). É um movimento que surge, principalmente, por uma questão de justiça e igualdade, e esta integração tem sido promovida pela Educação Especial. Portanto, integração é um termo muito mais restrito que Inclusão. Para a autora, Inclusão: "é a idéia de que todos os meninos e meninas de uma comunidade tenham o direito de se educar juntos na escola da sua comunidade; uma escola que não selecione crianças." (p.2). Não podemos confundir integração com inclusão; pensar que a inclusão é privilégio de portadores de deficiência ou é feita somente para beneficiá-los; achar que inclusão é igual a respeito às diferenças, ou que se trata da reinserção social dos desvalidos, das vítimas do sistema, de quem não tem o que comer ou onde morar.

A Educação Inclusiva diz respeito à capacidade das escolas para educar todas as crianças, jovens e adultos sem qualquer tipo de exclusão. A inclusão implica em desenvolver escolas que acolham a todos independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais. cremos que só através da inclusão que conseguiremos quebrar as barreiras do preconceito e da discriminação em nossa sociedade, pois é somente assim que conseguiremos atingir o objetivo de um país para todos com livre acesso de igualdade e oportunidades para os cidadãos se desenvolverem conforme suas potencialidades e qualidades.

Pensando assim, percebemos que a educação escolar tem um grande poder de impulsionar essa sonhada inclusão, já que a escola é formadora de

opiniões e atinge toda a sociedade independente de sua classe social ou cultural, se a inclusão começa na escola reflete-se em toda sociedade. É claro que cada indivíduo é único e cabe à escola ajudá-lo a desenvolver suas aptidões. Alvarez (1998) afirma que:

Algumas das idéias básicas próprias da educação inclusiva são: Levar sempre em consideração o fato de que as pessoas são diferentes e que portanto a escola deve ajudar cada um desenvolver suas habilidades no contexto comum a todos. Outro fato, é eliminar o espírito da competitividade, a partir do qual a visão do mundo se restringe a uma corrida na qual apenas alguns conseguem chegar ao final. Oferecer oportunidades a todos para compensar as desigualdades existentes, mas sem educar para formar "pessoas iguais". (ALVAREZ, *apud* DUK, p.60).

Muitos professores quando assumem uma sala de aula referem-se ao grupo ali presente como "meus alunos" e, mesmo com as diferenças existentes entre cada um, o professor, às vezes, sem perceber passa a olhá-los como uma unidade. A partir de então, começam a surgir certos "problemas", afinal, como já dissemos, cada aluno é uma pessoa singular e isso dificulta o trabalho do professor, por ter que realizar um trabalho diferenciado, isto é, de acordo com a necessidade de cada um. Em alguns casos o professor não o faz e acaba por prejudicar o aprendizado dos alunos.

Tendo em vista a discussão cada vez mais essencial sobre "Educação Inclusiva", por uma educação para todos, há a necessidade de se refletir sobre assuntos como esses em espaços críticos como os cursos de formação docente, afinal muitos professores atualmente parecem concluir o Ensino Superior sem ter real noção de seu papel na escola e da complexidade das salas de aula. Gomes em seu artigo "Trabalho docente, formação de professores e diversidade étnico-cultural", apresenta algumas reflexões sobre o trabalho docente e discute a importância de se trabalhar temas como inclusão e diversidade na formação docente. A autora coloca:

o reconhecimento, dentro de alguns segmentos do campo educacional que trabalham com processos de formação de professores, da grande lacuna e do prejuízo que a não-inclusão da diversidade cultural na formação docente e no currículo escolar tem acarretado à educação brasileira, principalmente, quando nos referimos à escola pública (GOMES, 2003, p.160).

Muitos professores têm ido para a escola desmotivados, por conta da falta de apoio do governo e atuam de forma falha, pois esquecem quais são as verdadeiras competências que devem ser desenvolvidas em sala de aula, ou melhor, se esquecem da importância de que a sua função seja bem realizada, afinal dela depende o futuro de muitos alunos que estão a sua frente.

A classe de professores muitas vezes tem estado tão desligada de sua função que quando ouve discussões sobre “Educação Inclusiva”, por exemplo, mostram-se preocupados, pois quando se fala em inclusão, muitos pensam que este assunto se restringe a inclusão dos portadores de necessidades especiais na escola, mas na realidade, todos são especiais e todos apresentam uma determinada diferença. Ao docente cabe saber contornar e rejeitar qualquer forma de discriminação, portanto, o termo inclusão, neste sentido, está ligado à aceitação das diferenças, ao respeito à diversidade nas salas de aula, ou seja, o lecionar de forma a contemplar a heterogeneidade.

Nós professores precisamos estar preparados para a escola e não esperar que a escola se adeque às nossas regras, julgamos necessário estar sempre analisando nossa prática, nossos erros e acertos para conseguirmos produzir conhecimento junto aos alunos e ainda termos a compreensão de que somos seres inacabados, portanto sujeitos a erros. Como muitos professores não estão cientes da necessidade de seu processo de constante formação, para atender as exigências e necessidades da escola, acabamos enfrentando algumas dificuldades na área da educação com relação ao seu despreparo. Com base nisso temos tido um aumento significativo das discussões sobre temas como Educação Inclusiva e um ensino que contemple a diversidade da sala de aula.

Apesar de muitos profissionais da educação sempre afirmarem que o governo não tem dado o apoio necessário à educação; com relação à educação inclusiva não temos muito do que reclamar, pois têm sido apresentados alguns cursos e projetos vindos do governo, os quais contemplam esse assunto, o que realmente tem entristecido é a falta de interesse por parte dos docentes, afinal inclusão não se faz apenas com materiais e capacitação, é necessário dedicação, atitude e acima de tudo amor à causa; Freire (1979) afirma que:

Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita. (p.29).

Recentemente o governo lançou o “Documento Subsidiário à Política de Inclusão” (2005), que alerta para o fato de que um dos principais fatores para a não inclusão é o despreparo dos profissionais da educação. Segundo consta no documento há um estranhamento por parte do educador “com aquele sujeito que não está de acordo com os “padrões de ensino aprendizagem” da escola”. (p.28), com estas colocações fica claro a nós algo que sempre permeou as salas de aula: a busca pelo aluno ideal. Para alguns professores, ainda é difícil aceitar o novo e isso vem desde a sua formação, afinal o espaço para a prática e para discussão desse gênero é pequeno e o professor, às vezes, se esquece de que sua formação é um processo contínuo que perpassa sua prática com os alunos.

Todo aluno em um determinado período escolar apresenta certas dificuldades educacionais individuais, alguns necessitam de recursos diferenciados daqueles que a escola oferece, como é o caso do portador de necessidades especiais. Ele, assim como os demais alunos têm dificuldades, mas tem também capacidades de aprender, basta que o espaço escolar esteja sempre adequado a eles. Estamos caminhando a passos lentos, mas se analisarmos os anos anteriores, muito já foi feito principalmente no espaço físico da escola, como rampas e banheiros especiais, etc; que pudemos observar nas visitas que fizemos as escolas da rede pública de ensino do município de Pontes e Lacerda. No “Documento subsidiário à política de inclusão”, o governo, de certa forma, mostra o que já foi feito e que ainda deverá fazer para termos espaços escolares mais inclusivos e de qualidade. Neste documento são colocadas reflexões críticas sobre a fundamentação da educação especial. No material podemos entender um pouco mais sobre a necessidade da construção de escolas inclusivas, tendo em vista “que a educação é um direito de todos”. Uma problemática levantada neste documento é o fato de a sociedade não contribuir muito para as mudanças, segundo consta no documento:

As instituições educacionais organizadas para estabelecer modelos de relações sociais, reproduzem com eficiência a lógica das sociedades. Trata-se de um lugar legitimado socialmente onde se produzem e reproduzem relações de saber poder, como já teorizado por Foucault (1987). Nestas, a lógica das classificações sempre foi necessária para o estabelecimento da ordem e do progresso social. Daí pode advir a idéia de que a escola, como mais um equipamento de disciplinamento, social, não foi concebida para ser inclusiva, mas para ser instrumento de seleção e capacitação dos "mais aptos" a uma boa conduta social. (DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO À POLÍTICA DE INCLUSÃO, 2005, p.23).

Assim, o trabalho de inclusão não será fácil, mas não é impossível. Quando Freire (2000) expõe o pensamento de que devemos eliminar todas as formas de discriminação, que é um dos principais desafios da educação inclusiva ele declara o quanto estamos longe da democracia, enquanto vivermos na sociedade da forma que está sem nada fazer, afinal:

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade (p.86).

A sociedade precisa mudar para aceitar e se fazer uma educação verdadeiramente inclusiva, que garanta aos alunos qualidade de ensino educacional, a fim de reconhecer e respeitar a diversidade e também responder a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

De acordo com pesquisa realizada percebemos que o professor tem se mostrado bastante amedrontado por esse processo de inclusão, pois sabe que está acontecendo aos poucos, mas que em breve se tornará uma realidade constante em cada escola desse país. Acreditamos que cabe aos profissionais da educação se mobilizarem e terem uma atitude atuante e positiva diante desta causa buscando capacitação profissional para também atender as exigências das escolas e da lei:

são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores. (LDBEN, 9.131-25 nov. 1995 art.18 1º, I, II, III e IV)

Portanto, Educação Inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a seus alunos e respeita suas diferenças. E um dos princípios que a rege é o exercício da cidadania. Nesse sentido, ser contra a inclusão é negar direitos aos cidadãos e, como sabemos, nenhum país alcança pleno desenvolvimento se não garantir condições para uma vida digna na sociedade.

CAPÍTULO II

CONSTRUINDO ESCOLAS INCLUSIVAS

Comungamos da idéia de que para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

Em primeiro lugar, é preciso insistir no fato de que as escolas tradicionais não dão conta das condições necessárias às mudanças propostas por uma educação aberta às diferenças. Elas não foram concebidas para atender à diversidade dos alunos e têm uma estrutura rígida e seletiva no que diz respeito à aceitação e à permanência de alunos que não preenchem as expectativas da escola, pois infelizmente ainda estão centradas na instrução e na reprodução de conteúdos curriculares.

Assim, para que haja sustentação de um projeto escolar inclusivo implica, necessariamente, que deva haver mudanças nas propostas educacionais da maioria de nossas escolas e em uma organização curricular idealizada e executada pelos seus professores, diretor, pais, alunos, e todos os que se interessam pela educação na comunidade em que a escola se insere. Para Zaidam (2003):

a universalização da educação passa pela política pedagógica. A permanência de todos os alunos na escola é a mudança essencial que se coloca e é ela que tem provocado os maiores desafios, uma vez que expressa para os docentes a questão da diferença e da desigualdade social existente em nosso país. Ou seja, acolher o aluno que chega à escola e construir propostas e projetos na unidade escolar ou nas redes de escolas, visando a inclusão, implica lidar com a diferença, num quadro de profunda desigualdade social. Nesse novo contexto, fica colocada para os docentes a preocupação de se relacionar e dialogar, de lidar com as diferenças. (p.141).

Dentre os fatores que contribuem para a construção de escolas inclusivas, podemos citar, inicialmente, a família que é o primeiro espaço social da criança, no qual ela constrói referências e valores e a comunidade é o espaço mais amplo, no qual novas referências e valores se desenvolvem. A

participação da família e da comunidade trazem para a escola informações, críticas, sugestões, solicitações, etc, fatores que auxiliam o trabalho da escola. O projeto "Educar na Diversidade" já mencionado anteriormente, traz a seguinte definição:

A educação começa desde o instante em que nascemos e é marcada pela forma com que nos relacionamos, nos comunicamos e pelos modelos que são difundidos em todos os contextos. O primeiro, determinante, é a família, onde começam a ser fixadas as diferenças de papéis conforme o gênero. (2005, p.86)

Muitos pais parecem esquecer da escola e do quanto ela é importante no desenvolvimento de seus filhos, estamos dizendo isso por conta de algumas situações que temos vivenciado nas escolas. Muitos olham para a escola como um refúgio, ou seja, a partir do momento que colocam os seus filhos na escola estão livres, claro que essa situação não pode ser generalizada, mas acontece com muita frequência e isso prejudica muito o rendimento dos alunos, pois quando a família acompanha os filhos na escola, essa criança, na grande maioria das vezes, apresenta um bom rendimento, já quando o caso é contrário, o aluno, na maioria das vezes, terá um desempenho menor, o que é facilmente entendido, afinal, a família é nossa base, são as pessoas que amamos, se essas pessoas fazem parte de nossa vida em todos os momentos e se preocupam com nosso desempenho, quase sempre estamos em busca de superação para não decepcioná-los; mas se a família não acompanha, sentimos a necessidade de ficar buscando atenção, que nesse caso, nem sempre é de forma positiva.

Os pais precisam atentar para o fato de que a escola não produz conhecimento sozinha e que nem o professor é o único responsável pelo rendimento de seus filhos. A aprendizagem e os objetivos da escola só são alcançados em conjunto com a família.

A família tem um papel fundamental na educação como um todo, mas principalmente na Educação Inclusiva, pelo fato da complexidade desse processo, afinal vimos que inclusão não é apenas levar um portador de necessidades especiais para a escola, mas é além disso, assegurar a ele e a todos os demais alunos um ensino de qualidade que aceite e trabalhe a diversidade. Para tanto cremos que os pais precisam construir uma relação de

colaboração com a escola, dando apoio à aprendizagem e desenvolvimento da criança e também partilharem com a escola o conhecimento que eles têm acerca de seus filhos, o que pode ajudar muito no processo de aprendizagem da criança, isto é, com esse pré-conhecimento que a escola adquire através dos pais, pode identificar, por exemplo, o porquê da aprendizagem ser lenta em alguns casos, que por muitas vezes está relacionada a problemas no convívio familiar, e o professor só pode identificar isso se estiver em contato direto com a família. Os pais tem direito a colaboração e precisam ter a responsabilidade de assegurar que os direitos de seus filhos sejam protegidos. Afinal a lei nº. 8.069 de 1999 rege o seguinte: "Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais".

"Acessibilidade um caminho para a inclusão", esse é o slogan da luta das APAEs de todo o Brasil neste ano de 2006, e com certeza este é um dos requisitos primordiais para a inclusão, já que a acessibilidade garante a possibilidade a todos de chegar até a escola, circular por suas dependências, utilizar todos os espaços e freqüentar a sala de aula. Se a escola não tem proporcionado esse espaço inclusivo nem para o público que constitui a comunidade escolar atualmente, imagine como atenderíamos a um aluno portador de necessidades especiais. Mantoan (2006) no artigo "Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão" com relação às escolas tradicionais afirma o seguinte:

Em primeiro lugar é preciso insistir no fato de que as escolas tradicionais não dão conta das condições necessárias às mudanças propostas por uma educação aberta às diferenças. Elas não foram concebidas para atender à diversidade dos alunos e têm uma estrutura rígida e seletiva no que diz respeito à aceitação e à permanência de alunos que não preenchem as expectativas da escola, centradas na instrução e na reprodução de conteúdos curriculares. (p.2).

Pensando a educação em uma linguagem metaforizada podemos descrevê-la como uma construção, em que um tijolo é unido ao outro no intuito de formar um mundo melhor, já imaginou se todos os professores estivessem capacitados para trabalhar com toda e qualquer diferença que lhes fossem apresentadas, mas o espaço físico da escola não fosse adaptado para um deficiente físico, por exemplo? Provavelmente algum aluno se comoveria com a

situação do colega e resolvesse ajuda-lo, o que seria um gesto muito bonito, mas o intuito da escola inclusiva não é comover as pessoas. Claro que é importante que todos os alunos aceitem a inclusão e colaborem para que ela realmente aconteça, mas o objetivo principal da escola inclusiva é que esse aluno deficiente físico ou portador de qualquer outra necessidade especial possa se desenvolver e locomover sozinho sentindo que é capaz de superar todas as suas limitações, e para isso o espaço escolar precisa estar totalmente adaptado as suas necessidades. Quanto a isso a lei nº. 9.394 – 20 dez. 1996 art.12, §1º é bem clara:

Art. 12. Os sistemas de ensino, nos termos da lei 10.098/2000 e da lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como nas barreiras de comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

§ 1º Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infra-estrutura definidos. (DIREITO À EDUCAÇÃO, 2004, p.17)

Como percebemos durante as várias discussões sobre Educação Inclusiva, na escola a preocupação maior dos professores é a inclusão dos portadores de necessidades especiais no ensino regular, mas sabemos que esse não é único intuito da escola inclusiva, muito pelo contrário a inclusão já deve acontecer de fato com os alunos que estão presentes nas escolas, mas mesmo que está proposta estivesse restrita a essa classe de alunos o professor não deve olhar para este trabalho como algo fora de sua capacidade profissional. Como consta na Declaração de Salamanca:

O termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em funções de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves. (1994, p. 17, 18).

Dessa forma, a educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano, o coletivo, a escola e a classe comum, para que todos os alunos com

necessidades educacionais especiais ou não, aprendam, e tenham acesso ao conhecimento, à cultura e progridam no aspecto pessoal e social.

Para lidar com a inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs), é preciso abandonar a idéia equivocada de que o professor tem que se preparar para atender alunos com deficiência. No artigo de Mantoan (2006), que citamos anteriormente, não existem métodos de ensino especiais para se ensinar os conteúdos curriculares para esses alunos.

O professor não tem que aprender como ensinar matemática para alunos com deficiência. Ele tem de se preparar para atender a todas as crianças. O ensino escolar vai mal porque a escola continua repetindo no século XXI o que foi a escola do século XVIII (p.2).

Ainda segundo ela, a preparação dos professores comuns deve passar pela naturalização de seus métodos, práticas de ensino, avaliações, entre outras tarefas, que estão muito defasados. "Por outro lado, os professores da educação especializada precisam também aprender a distinguir as suas funções das dos professores comuns, ensinando, sem repetir nas classes especiais, o que é próprio da escola comum, como acontece muito, até hoje, nas escolas especiais" (2006,p.2). Para Mantoan, as escolas estão sendo preparadas para receber esses alunos, a partir da presença deles nas escolas. "Aprendemos a fazer, fazendo", diz ela. "É óbvio que se as crianças são segregadas em escolas especiais, não há necessidade de as escolas comuns se prepararem para recebê-las. Como agora, elas estão sendo encaminhadas às escolas comuns, tudo muda." (2006, p.03).

Alguns professores atualmente parecem não estar cientes de seu papel na escola, muitos têm ido para as salas de aula desmotivados, por conta da falta de apoio do governo e atuam de forma falha pois esquecem quais são as verdadeiras competências que devem ser desenvolvidas em sala de aula, ou melhor, esquecem da importância de que a sua função seja bem realizada, afinal dela depende o futuro de muitos alunos que estão sob sua responsabilidade. Precisamos ter consciência de nossas responsabilidades, Gomes (2003), acrescenta que:

Diante da realidade cultural e social da educação e da escola brasileira e do quadro de desigualdades raciais e sociais do Brasil, já não cabe mais aos educadores e às educadoras

aceitarem a diversidade étnico-cultural só como mais um desafio. A nossa responsabilidade como cidadãos e cidadãs exige mais. Cobra-nos uma postura, uma tomada de posição diante dos sujeitos da educação, um posicionamento que reconheça e valorize tanto as semelhanças quanto as diferenças como fatores imprescindíveis a qualquer projeto educativo e social que se pretenda democrático. (GOMES, 2003, p.166).

Precisamos ser pessoas **resilientes**, ou seja, que tenham a “capacidade de enfrentar as adversidades, superá-las e sair delas fortalecidos e até transformados”, sempre tendo em mente nosso valor diante da sociedade. Rubem Alves afirma que: “Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim não morre jamais!...” (ALVES, 1994, p.3).

Podemos ter a certeza de que a educação de forma geral irá melhorar muito quando o professor tiver noção de sua importância para a educação. Ser professor não é fácil, todos já ouvimos essa frase, e mesmo assim afirmações como essa não tem desmotivado o profissional que realmente tem comprometimento e paixão pela educação. Como dissemos anteriormente o professor precisa estar ciente da importância de sua função para conseguir realizar seu trabalho com a “perfeição” que ele exige. Através das mudanças necessárias na prática do docente a sociedade vai poder acreditar que a educação tem jeito, e mais, que é através da educação que vamos contribuir para um mundo melhor, pode parecer utopia, mas é assim que nós devemos olhar para a educação, pois é triste saber que muitos não acreditam nisso.

O projeto político-pedagógico de uma escola é o instrumento teórico-metodológico, que define as relações da escola com a comunidade a quem vai atender, ou seja, é na elaboração desse projeto que a escola define sua identidade, visando à melhoria da capacidade das escolas para promover a aprendizagem de todos os estudantes. Segundo o projeto “Educar na diversidade”, já discutido anteriormente:

O projeto político pedagógico é um instrumento técnico e político que orienta as atividades da escola, delineando a proposta educacional e a especificação da organização e os recursos a serem disponibilizados para sua implementação. Os princípios e objetivos de ordem filosófica, política e técnica permitem programar a ação educacional, imprimindo-lhe

caráter, direção, sentido e integração, articulando-se com as seguintes dimensões da administração escolar: pedagógico curricular, administrativa financeira, organizacional-operacional, comunitária, sistêmica e de convivência são os fundamentos que orientam a proposta educacional. O projeto político-pedagógico de uma escola, portanto, deve ser fruto da reflexão e da resposta coletiva da comunidade escolar às questões também formuladas coletivamente. A simples existência desse instrumento, conforme assinalamos antes, não garante o compromisso e a dimensão prática necessários ao desenvolvimento da comunidade em seu conjunto. (Projeto "EDUCAR NA DIVERSIDADE", P.115)

O projeto político pedagógico da escola, como ponto de referência para definir a prática escolar, deve orientar a constituição do currículo, como um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. Estamos pensando em um currículo mais dinâmico, flexível, que atenda realmente todos os educandos e que torne a aprendizagem significativa, Silva (2000) ainda acrescenta que os currículos deveriam contemplar temáticas como diferença e identidade: "Nessa abordagem, a pedagogia e currículo tratariam a identidade e a diferença como questões de política." (p.99).

A aprendizagem significativa implica em estabelecer relações entre o novo conteúdo de aprendizagem e o que já se sabe. Os alunos chegam à aula trazendo uma série de conceitos sobre o mundo físico e social que lhes servem de base na apropriação dos novos conhecimentos estabelecidos no currículo escolar. Edgar Morin (2004), traz algumas colocações sobre a importância de se respeitar a autonomia dos alunos no momento da aprendizagem:

A educação deve favorecer aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral, (...). Na missão de promover a inteligência geral dos indivíduos, a educação do futuro deve ao mesmo tempo utilizar os conhecimentos existentes, superar as antinomias decorrentes do progresso nos conhecimentos especializados e identificar a falsa racionalidade. (MORIN, 2004, p.39).

Como vimos o projeto político pedagógico de cada escola deve atender às necessidades da comunidade que a escola irá atender, portanto não tem como elaborar um documento como esse sem a colaboração da comunidade, que certamente possibilitará a troca de opiniões e a definição das atividades a serem realizadas, principalmente quando se trata de um projeto educacional inclusivo. De início é interessante que todos reflitam sobre os princípios da

Educação inclusiva, para que possam orientar seu projeto educacional a partir do princípio da inclusão, e é preciso ainda que os atores sintam a necessidade de mudança e tenham a convicção dos benefícios que essas novas propostas podem representar para a comunidade escolar. Para Ainscow (2001):

as escolas passam por dificuldades no momento de enfrentar as mudanças porque em geral, se encontram diante de um duplo problema: não podem ficar como estão e responder a situações novas, mas ao mesmo tempo precisam manter alguma continuidade em suas práticas atuais. Consequentemente, isso gera certa tensão entre inovação e manutenção das práticas tradicionais. Tal dilema no entanto, é superado ao longo do processo e a escola restabelece o equilíbrio. (EDUCAR NA DIVERSIDADE, 2005, P.139).

À medida que todos forem envolvidos na reflexão sobre a escola, sobre a comunidade da qual se originam seus alunos, sobre as necessidades dessa comunidade, sobre os objetivos a serem alcançados por meio das ações educacionais, a escola passará a ser sentida como ela realmente é: de todos e para todos.

A direção de uma escola tem um papel fundamental na condução da escola, ela precisa ser comprometida, tendo por horizontes os princípios, objetivos e metas estabelecidos no projeto político-pedagógico; a fim de estimular a participação de todos e valorizar a atuação e a produção de cada um. No processo de mudança para escolas inclusivas, um dos fatores essenciais para progredir é o estilo de gestão “participativa e democrática”. No projeto “Educar na Diversidade”, vimos que a gestão da escola precisa ser dinâmica e apoiar os progressos da escola de seus integrantes:

O termo “gestão” envolve tanto atividades de planejamento quanto de gestão, tarefas que envolvem as equipes dirigentes para realizarem uma série de operações de ajuste, tais como conseguir a viabilidade política do projeto, adequar as necessidades de implementação do plano aos recursos disponíveis, conhecer as atribuições do pessoal e organizar os recursos humanos a fim de levar o plano adiante e cumprir as metas fixadas. (EDUCAR NA DIVERSIDADE, 2005, p.121).

Consideramos que este talvez seja um dos pontos mais importantes na construção de escolas inclusivas, porque em um processo tão complexo não tem como caminhar sozinho, e durante a leitura do projeto “Educar na

Diversidade” fomos identificando algumas redes de apoio à inclusão que já foram criadas pela Secretaria de Educação Especial, dentre eles o “Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade” (2003) que tem como objetivo; “disseminar a educação inclusiva em todos os municípios brasileiros, apoiando a formação de gestores e educadores com recursos financeiros do MEC e apoio técnico e pedagógico” (2005, p.163).

As escolas precisam conseguir apoio e gerar redes de colaboração com toda a comunidade em benefício da aprendizagem de seus alunos. Mas para isso, primeiro é necessário o desejo de mudança, até agora estamos falando da importância que cada fator envolvido na escola representa para a construção de escolas inclusivas, para aceitar uma nova forma de trabalho, é necessário compreender, basicamente, em que consiste, qual é o seu propósito, por que e como é, ou seja, precisam conhecer os objetivos e a importância da educação inclusiva. Sem tal compreensão, é provável que o interesse seja limitado e o esforço inexistente, por isso precisa haver esse contato da escola com a comunidade. Para alguns professores é difícil manifestar suas dúvidas ou admitir sua falta de compreensão, o que, portanto, faz com que o projeto comece a ser implementado sem que todos tenham interiorizado suas consequências, o que, em alguns casos amedronta e, por isso, muitos optam por “ficar na mesma”. Mudar exige correr riscos, portanto, é preferível evitá-lo. Além do mais, aceitar algo novo significa, muitas vezes, desligar-se de outra situação. E isto pode ser doloroso.

CAPÍTULO III

COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

A sala de aula é um dos contextos educacionais de maior importância no desenvolvimento dos alunos, já que é nela que têm lugar os processos de ensino e aprendizagem. A qualidade da aprendizagem dos educandos é influenciada, em grande parte, pela qualidade dos processos educacionais que acontecem na classe e pela capacidade do professor de analisar e refletir sobre sua prática a fim de tomar decisões que promovam a aprendizagem e a participação de todos.

Como a sala de aula apresenta toda essa complexidade que acabamos de citar, é esse espaço que observamos durante um determinado tempo da graduação para entender de que forma o professor tem olhado para a inclusão, como isso tem se constituído na sua prática, e se ele tem trabalhado contemplando a diversidade, e também questioná-lo sobre qual é o seu conceito sobre Educação inclusiva e como isso tem se concretizado na sua prática.

Nossa inquietação surgiu no quinto semestre do curso, quando fizemos um trabalho de campo, para atender as exigências da disciplina de Psicologia. A professora na época pediu que observássemos, em algumas escolas estaduais do município de Pontes e Lacerda, quais eram as causas da indisciplina na sala de aula e quando chegamos a uma das escolas nos deparamos com uma realidade caótica, tanto no espaço físico, quanto na preparação dos profissionais que ali atuavam, todos se mostravam amedrontados com a nossa presença e com o fato de estarmos, de certa forma analisando sua prática, afinal observar as causas da indisciplina envolve todo um processo desde o trabalho do professor até os motivos que o aluno tem para agir de tal forma.

Em meio a esse trabalho conhecemos uma aluna portadora de deficiência física e não conseguimos mais desligar dela e de como a professora conduzia a sala. Os alunos eram bastante agitados, mas de certa forma compreendemos que essa era a forma como eles reagiam às atitudes da

Nesta pesquisa continuamos observando as escolas estaduais do município de Pontes e Lacerda, desta vez analisando questões relacionadas à educação inclusiva. Nosso primeiro passo foi observar o espaço físico das escolas. Todas as escolas estaduais e municipais de Pontes e Lacerda passaram por uma reforma há pouco tempo e nas visitas que fizemos às escolas estaduais, podemos observar que todo o espaço está adaptado com rampas e banheiros que atendem às necessidades de um portador de necessidades especiais, mas sabemos que esse não é o único fator que nos possibilita dizer que temos escolas inclusivas, contribuí, mas não é tudo.

Procuramos observar principalmente o professor, para saber se está realmente preparado para mudar. Naquele caso que citamos podemos observar que para aquela professora não bastava uma rampa, na verdade ela não estava preparada para a mudança, como nos diz Freire (2000), “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível.” (p.85), ou seja, se nós não acreditarmos na mudança e nos preparar para isso, nunca vou ser um educador de verdade, apenas um transmissor de conteúdos.

Durante a realização da pesquisa ficamos tristes em algumas ocasiões em que os professores se mostraram bastante desmotivados com as propostas da Educação Inclusiva, alguns chegam a dizer que nunca vai dar certo, que é muito bonito no papel, mas na prática nunca vai acontecer.

A pesquisa se deu da seguinte forma, perguntamos a cinco professores de uma determinada escola estadual do município de Pontes e Lacerda qual é seu conceito sobre educação inclusiva. Aqui nós os identificaremos como, P1, P2, P3, P4 e P5.

Um dos professores nos respondeu da seguinte forma:

Na minha opinião, inclusão é um processo lento e difícil de se fazer acontecer. Um processo que levará muitos anos para que até mesmo a sociedade aceite um aluno “especial” em meio aos alunos do ensino regular. (...) A inclusão nada mais é, do que uma lei imposta a sociedade pelos que detem o poder, mas que até mesmo nunca conviveram com o problema ou pouco sabem sobre o mesmo. (...) Para acontecer a inclusão temos que, varrer, apagar de nossas mentes o pré-conceito e a discriminação que existe em nós, e aceitar todos os indivíduos de nossa sociedade seja ele ‘especial’ ou ‘normal’. P1.

Sentimos nas respostas tanto de P1 quanto dos demais professores certa desmotivação com relação à inclusão. Isso faz com que o processo seja

realmente cada vez mais lento, pois se o professor que é um dos principais responsáveis por impulsionar essa proposta se mostrar desanimado, será muito difícil alcançarmos uma educação inclusiva de qualidade para todos.

Para o P2, o fato está ligado à capacitação dos profissionais, ou seja, não conseguiremos concretizar a inclusão se os professores não forem capacitados para receber os portadores de necessidades especiais, e além de nos dar seu conceito sobre inclusão ele ainda nos relatou uma experiência que teve com um portador de deficiência auditiva na escola que trabalha;

Nós tivemos um aluno aqui na escola que era surdo/mudo, e ninguém conseguiu trabalhar com ele. Ele ficou aqui durante uns dois anos, passou por vários professores, mais ninguém conseguiu trabalhar com ele. A escola só aceitou, por que os pais ficaram batendo em cima falando que ele tinha direito, e tinha só que ninguém na escola conseguia se comunicar com ele, a gente até tentava, algumas coisas ele entendia e fazia os exercícios, mas era muito difícil, daí ele acabava era fazendo bagunça. Acho que quando os pais viram que não ia virar nada mesmo eles desistiram e tiraram o menino da escola.

Por isso eu acho que a inclusão é bonita só no papel mesmo, eles impõem as coisas, mas não capacitam os profissionais. Eu até queria ter trabalhado bem com o menino, mas, eu não sabia se cuidava dele ou dos outros alunos. P2.

Nesta fala, observamos uma questão que vinha nos intrigando desde o início dessa pesquisa, é quanto ao fato dos professores estarem pensando a inclusão apenas como a aceitação do portador de necessidades especiais no espaço escolar regular, mas na realidade, a inclusão vai além como já dissemos em capítulos anteriores. A inclusão precisa começar acontecer com o alunado que já está presente nas salas de aula, ou seja, nós professores precisamos aceitar e respeitar as diferenças presentes nas salas de aula, o portador de necessidade especial é apenas mais um a quem a lei assegura o direito de freqüentar as salas de aula regular, mas a inclusão não está ligada apenas a ele, mas também a todos os seres humanos presentes no ambiente escolar, os professores devem procurar trabalhar de forma heterogênea, respeitando a autonomia do ser. Claro que não podemos generalizar, alguns professores como P3, por exemplo, pensa a inclusão como um todo, como afirma em sua resposta;

A inclusão deve ser vista não a partir de deficientes físicos ou mentais, mas a partir do respeito à diversidade do ser humano.

Para incluir é necessário que a equipe da área educacional, valorize todos, com sua cultura, com o seu nível de conhecimento. A receita pra isso na prática é o amor, carinho e respeito pelo próximo.

O professor precisa ser um mediador, que valoriza os conhecimentos prévios do aluno. Pois toda criança quando inicia seus estudos, já possui seus conhecimentos próprios.

A inclusão ainda não acontece de forma geral, mas se cada um começar a fazer sua parte, tudo pode mudar. P3.

Na resposta de P4 vimos uma preocupação por parte do professor pela união da família a esta causa, não tem como o professor fazer inclusão sozinho. Como já dissemos no capítulo anterior, é necessário um envolvimento maior da comunidade com a educação de seus filhos, seja para lutar pelos direitos dos mesmos, ou até para ajudar aos professores na hora de identificar o porquê de uma determinada dificuldade que seus filhos possam estar apresentando, enfim, participar de todo o processo de aprendizagem. Na resposta de P4 sobre o seu conceito de inclusão, ele nos responde que;

Inclusão é uma palavra muito forte, e um processo muito grande que envolve muitas pessoas, e na prática pode ser muito dolorida se não for abraçada com muito amor pelos envolvidos.

Infelizmente tem se falado muito em inclusão, mas ela não acontece realmente, pois a sociedade não está consciente de seu papel na inclusão. Para que ela realmente aconteça é necessário que as famílias trabalhem esse conceito entre si, pois muitas vezes a exclusão acontece no próprio meio familiar, que não valoriza, principalmente quando tem na família um portador de necessidades especiais, como pessoas iguais, apenas com limitações, mas que tem sentimentos e muitas qualidades.

Acredito que apenas a preparação de profissionais para trabalhar nesta área não é suficiente, pois a inclusão deve ser completa, ou seja, atingir a todos os seres humanos, pois só com o fato de respeitarmos uns aos outros já estaremos incluindo. P4.

O P5 mostra-se bastante emocionado, quando questionado sobre seu conceito de inclusão por ter vivenciado durante muitos anos a exclusão de seu irmão que era portador de deficiência mental. Ele sente que já avançamos muito nessa discussão, pois na época em que cuidava de seu irmão, hoje falecido, os portadores de necessidades especiais além de excluídos pela sociedade, eram tidos como defeituosos, indesejados e serviam de chacota para a sociedade. Ele diz sofrer muito quando vê isso ainda acontecendo, e que lutará sempre pela inclusão. P5 também percebe que a discussão sobre inclusão tem ido muito para o âmbito da aceitação do portador de

necessidades especiais, e tem se esquecido que a inclusão tem que começar agora com o público que temos em sala de aula, respeitando suas diferenças e individualidades, assim o processo de inclusão de um aluno "especial" será até mais fácil, pois o professor já estará preparado para a mudança, para a aceitação ao novo. Ela conceitua a inclusão como:

Inclusão para mim é a tentativa de juntar todos no dia-a-dia como seres diferentes, mas respeitando como gente, com suas limitações educativas, sua raça e credo, sem precisar falseá-las, mas estar junto se respeitando mutuamente...

A luta pela inclusão se faz necessária a começar em mim, em cada educador, nos meios acadêmicos, técnicos, na mídia, mais especificamente a educação perante a sociedade, nós enquanto educadores temos de sair do discurso teórico bonito, temos de juntar a teoria com a prática para fazermos a diferença.

O clamor pela inclusão tem urgência, cabe a nós abraçar está tão nobre causa. P5

Durante os estágios do curso bem como nas entrevistas que fizemos para nosso trabalho também observarmos algumas aulas para ver de perto como está a prática dos profissionais da educação e percebemos que apesar das vezes muitos responderem coisas bonitas sobre a importância da educação inclusiva, a realidade é bem diferente. Muitos ainda tem um pensamento defasado de inclusão é apenas reconhecer que os seres humanos são diferentes, mas sabemos que é algo bem mais complexo, Gomes (2003) já citada anteriormente, diz que:

Pensar a diferença é mais do que explicitar que homens e mulheres, negros e brancos, distinguem-se entre si; é, antes, entender que, ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e usadas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão. (p.161)

Cada docente desenvolve uma concepção própria sobre como os alunos aprendem e desenvolvem práticas de ensino com base nessa concepção desrespeitando com isso, a individualidade do educando. Muitos professores chegam a dizer que tem uma abordagem construtivista em suas aulas, o que já poderíamos considerar como passos para a inclusão, pois o construtivismo enfatiza a necessidade de promover aprendizagens significativas em lugar de aprendizagens mecânicas, repetitivas e não relevantes para o desenvolvimento da criança, e não é bem isso que acontece

nas salas de aula, pois alguns professores, de certa forma, querem apenas cumprir com os conteúdos programados sem que nada lhe fuja ao controle e se esquecem do que realmente interessa ao aluno, no projeto "Educar na Diversidade", temos uma citação de Vigotsky, em que fica esclarecido o quanto essa forma de lecionar fundada na transmissão de informação prejudica o aluno. O autor coloca que:

o ensino direto de conceitos resulta estéril. Um professor que tente fazer isto, não conseguirá mais do que um verbalismo vazio, uma repetição de palavras por parte da criança, que simulam um conhecimento dos conceitos correspondentes, mas que na realidade, somente encontram um vazio. (2005, p.173).

Até agora apresentamos vários motivos que nos levaram a escrever sobre esta temática, mas nenhum foi tão importante quanto a experiência que estamos vivenciando este ano. Estamos lecionando na APAE do município de Pontes e Lacerda, e essa tem sido uma das maiores experiências de vida que já tivemos. Conviver e trabalhar com eles é sentir de perto a importância da inclusão para aqueles seres humanos. Se ela já é importante para os alunos ditos "normais" no ensino regular como forma de lhes assegurar respeito as suas diferenças, imagine para os alunos de uma escola especial, que se sentem muitas vezes excluídos da sociedade. Muitos dos nossos alunos gostariam de frequentar uma escola regular e têm capacidade para isso com certeza, mas infelizmente como vimos a escola ainda não está preparada para receber um portador de necessidades especiais.

Muitos professores visitam nossa escola e são fascinados pelo nosso trabalho, mas na hora em que a conversa é inclusão, todos apresentam alguma dificuldade, ou no espaço físico, ou na capacitação, enfim sempre tem uma desculpa.

Certo dia perguntamos a uma de nossas alunas, se ela gostaria de frequentar uma escola regular, e ela respondeu:

Ah não professora eu estou muito bem aqui. Já fui para uma escola regular uma vez e não gostei, os alunos abusavam de mim e a professora não fazia nada. Eu tenho umas amigas lá, mas não troco a APAE por nada, aqui os meus colegas são como eu e ninguém abusa de ninguém. (aluna x).

Nossa satisfação foi pelo fato de saber que nossa aluna gosta de como é tratada na APAE, mas na realidade depoimentos como esses são de entristecer, pois sabemos que os alunos da APAE são discriminados muitas vezes pelo simples fato de estar na APAE, sem nem ao menos ter a oportunidade de mostrar o porquê são “especiais”. “Especiais” aqui está relacionado a todos os sentidos da palavra, não por se tratar de alguma deficiência, mas por se tratar de um ser humano realmente especial, que luta todos os dias para dar passos, conseguir escrever seus nomes, realizar seus sonhos, sorrir, alcançar o respeito de todos e acima de tudo viver em uma sociedade tão preconceituosa como a nossa, assim são os nossos alunos. E o que nos deixa indignados é o fato de enxergarmos isso, enquanto os outros profissionais só vêem as dificuldades. Citamos a APAE nesse trabalho, porque aprendemos a amar aquele lugar. É triste o que vamos dizer, mas não era lá que gostaríamos de ver nossos alunos, mas sim, em uma escola regular. A APAE, de certa forma, é como se fosse um lugar onde eles ficam refugiados da sociedade e isso nos deixa muito triste apesar de estarmos muito satisfeitos com o nosso trabalho. Mas é a proposta de inclusão que nos agrada mais, pois com a educação inclusiva poderíamos atender nossos alunos no ensino regular, respeitando suas diferenças e desenvolvendo suas aptidões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da elaboração do nosso trabalho, quando ouvimos os professores, por muitas vezes chegamos a pensar que a inclusão realmente nunca iria acontecer, porque eles se mostravam tão resistentes a essa idéia que chegava a ser contagioso, isso não aconteceu com todos é lógico, houve algumas exceções que citamos anteriormente, mais a grande maioria parece não querer fazer o menor esforço para mudar a realidade. Sabemos que lidar com as diferenças não é fácil, mas como vamos sobreviver sem aceitar o "outro", esse é um dos maiores desafios de nossa existência, Gomes (2003), diz que: "estamos imersos na diversidade. E isso não é nada romântico. Na realidade, estamos em uma zona de tensão e em um campo político repleto de contradições e conflitos." (p.161).

Chegamos até a nos admirar do fato das escolas estarem com rampas e banheiros adaptados, mas tivemos a sensação em alguns lugares de que isso só foi feito para atender às exigências da lei, mas não com o real desejo de mudança, a aceitação concreta de um deficiente físico na escola está quase fora de cogitação e isso nos deixou bastante tristes. Mas agora que vimos nosso trabalho pronto, temos a sensação de que a luta tem que partir de nós mesmos, e que não podemos nos abater pela falta de humanismo das outras pessoas. Para Costa (2003):

A sociedade moderna vive nos dias atuais uma realidade de falência dos sentimentos e dos valores humanos que restringem os horizontes da existência ao arcabouço da matéria. O egoísmo, o orgulho e a vaidade são cortejados e alimentados a cada dia pelas nossas atitudes equivocadas. Afinal, somente eles parecem ser capazes de amenizar a nossa dor e esclarecer as nossas dúvidas mais profundas.

Precisamos nos tornar vencedores do mundo para não sermos derrotados pelo nosso eu interior. (A EDUCAÇÃO DO AMOR, p.07)

Temos que nos apegar às nossas convicções e a nossa certeza de que é possível contribuir para um mundo melhor através da educação e lutar sempre pela inclusão dos nossos alunos especiais e de todos os seres humanos.

A inclusão é a igualdade pela aceitação da diversidade é o caminho da paz social e o caminho da paz no mundo, por mais difícil que está idéia nos pareça. É o desenvolvimento de uma nova ordem, não é na verdade uma idéia radical, mas, como já dissemos, uma escolha pela vida, onde os pais de homossexuais poderão conviver naturalmente com seus filhos, onde uma pessoa em cadeira de rodas terá acesso aos ambientes, pessoas com deficiência mental serão respeitadas, os cegos e surdos estarão integrados, enfim, a diversidade fará parte do nosso cotidiano.

É pensando assim que queremos encerrar nossas reflexões e ficaremos muito felizes se o nosso trabalho servir como ponto de reflexão e apoio para novas pesquisas o que provará que a preocupação com a inclusão tem inquietado outros e nossa união vai fazer a diferença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. Ars Poética, 6 ed; São Paulo: 1994

BLANCO, Rosa. **Aprendendo na Diversidade**: Implicações Educativas. Disponível em:< <http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 08set. 2006.

BRASIL, BRASÍLIA - **EDUCAR NA DIVERSIDADE**: Material de Formação Docente/ Organização: Cynthia Duck.- Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2005.

BRASIL, BRASÍLIA - **Direito a Educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais/ Organização e coordenação Marlene de Oliveira Gotti – MEC, SEEP, 2004.

BRASIL, BRASÍLIA - **Documento subsidiário à política de inclusão**: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2005.

BRASIL, BRASÍLIA - **Saberes e prática da Inclusão**: Recomendações para a construção de escolas inclusivas/ coordenação geral SEESP/ MEC.- Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9.131-25 nov. 1995 art.18 1º, I, II, III E IV.

CANDAU, Vera Maria. **Interculturalidade e Educação Escolar**. < <http://www.espacoacademico.com.br>>.

COSTA, Luiz Cláudio. **A Educação do amor**. 2 ed; Viçosa: 2003

DUK, C. (1999) – **El enfoque de educación inclusiva** – In Plano Nacional de Educación Inclusiva. Ministério da Educação e Cultura. Panamá.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e terra, 1996 (coleção leitura).

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**, Rio de Janeiro, 1979 – Coleção Educação e Comunicação vol. 1.

GOMES, Nilma Lino. **Trabalho docente, formação de professores e diversidade étnico-cultural**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Uma escolas de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão**. Disponível em: <[http: // www.google.com.br](http://www.google.com.br)>. Acesso em: 08set.2006.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.